

**COMPANHIA MINEIRA DE PROMOÇÕES - PROMINAS - Em Liquidação**

Reg. EMBRATUR Nº 1996/MG - CNPJ Nº 17.559.790/0001-42

Minascentro - Rua Curitiba, 1.264 - Centro - Belo Horizonte - Minas Gerais

1/3

Balanco Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2015 - Valores em Reais (R\$)

Ativo	Notas	31/12/2016	31/12/2015	01/01/2015	Passivo	Notas	31/12/2016	31/12/2015	01/01/2015
Circulante			(Reapresentado (Nota 5))	(Reapresentado (Nota 5))				(Reapresentado (Nota 5))	(Reapresentado (Nota 5))
Caixa e equivalentes de caixa	7	745	1.933	5.839	Fornecedores	13	327	502	422
Contas a receber	8	1.914	1.581	3.283	Empréstimos com partes relacionadas	14	3.274	-	-
Adiantamentos		47	55		Obrigações sociais e trabalhistas	15	6.768	655	710
Créditos tributários e previdenciários	9	747	621	541	Obrigações tributárias	16	180	153	150
Estoque	10	379	565	506	Adiantamentos e cauções	17	1.547	2.425	1.591
Outros ativos circulantes		56	51	113	Outras contas a pagar		1.397	52	96
		3.888	4.806	10.282			13.493	3.787	2.969
Não circulante					Não circulante				
Realizável a longo prazo					Adiantamentos e cauções	17	-	835	153
Depósitos judiciais e fiscais		20	55	59	Provisão para contingências	18	340	244	320
Investimentos		6	6	3			340	1.079	473
Imobilizado	11	17.124	18.055	18.530	Patrimônio líquido	19			
Intangível	11	1	1	26	Capital social		44.071	44.071	44.071
		17.151	18.117	18.618	Reservas de capital		7	7	7
					Reservas de lucros		18	18	18
					Prejuízo acumulado		(36.890)	(26.039)	(18.638)
							7.206	18.057	25.458
Total		21.039	22.923	28.900	Total		21.039	22.923	28.900

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE:

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros	Prejuízo acumulado	Total
Em 1º de janeiro de 2015	44.071	7	18	(16.806)	27.290
Ajuste de exercícios anteriores (Nota 5)				(1.832)	(1.832)
Saldo de abertura ajustado	44.071	7	18	(18.638)	25.458
Prejuízo do exercício				(7.401)	(7.401)
Em 31 de dezembro de 2015 (reapresentado)	44.071	7	18	(26.039)	18.057
Prejuízo do exercício				(10.851)	(10.851)
Em 31 de dezembro de 2016	44.071	7	18	(36.890)	7.206

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Em milhares de reais**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Companhia Mineira de Promoções – PROMINAS (“Companhia” ou “Prominas”) é uma entidade pública, com sede na cidade de Belo Horizonte, organizada sob a forma de sociedade por ações, e controlada indiretamente pelo Governo do Estado de MG (“Governo de MG”).

A Companhia explora o segmento de atividades turísticas e culturais da cidade de Belo Horizonte, tendo como principal atividade a locação de suas instalações (Minascentro) e de instalações arrendadas (Expominas Belo Horizonte) para realização de convenções, exposições e feiras. Em julho de 2016 foi promulgada a Lei Estadual 22.287/2016 que estruturou a reforma administrativa do Estado de Minas Gerais. Uma das ações da reforma administrativa foi a autorização para a extinção da Prominas, formalizada através da referida lei.

Considerando a autorização legislativa e intenção de extinção da Companhia, os acionistas da Prominas se reuniram em Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) e deliberaram, por unanimidade, pela extinção da Companhia no formato de liquidação extrajudicial. A mesma AGE determinou a destituição da presidência e vice-presidência, diretorias e do conselho de administração, além de nomear um liquidante, que por sua vez, dará andamento aos processos de liquidação, e constituir o Conselho Fiscal para executar suas ações de fiscalização do processo de liquidação.

A emissão destas demonstrações financeiras da Prominas foi aprovada pelo Liquidante da Companhia em 22 de março de 2017.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na Lei 6.404/76 e suas posteriores alterações e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. Ademais, as demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração e pelo Liquidante na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

Considerando as determinações apresentadas na AGE do dia 03 de novembro de 2016, a Companhia preparou suas demonstrações financeiras em base de liquidação, e não em base contábil de continuidade operacional, reconhecendo, portanto, ativos e passivos de liquidação. Contudo, não é intenção do liquidante antecipar a liquidação da integralidade de seus ativos e passivos de maneira que os mesmos não foram totalmente reclassificados, conforme determinado pelo CPC 31/IFRS 5 – Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período do relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração.

Além disso, para fins de preparação de relatórios financeiros, as mensurações do valor justo são classificadas nas categorias Níveis 1, 2 ou 3, descritas a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis e na importância das informações para a mensuração do valor justo em sua totalidade:

- Informações de Nível 1: são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração.
- Informações de Nível 2: são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente.
- Informações de Nível 3: são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

A preparação dessas demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 5.

(a) Classificação corrente versus não corrente

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante/não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Se esperar realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal;
- For mantido principalmente para negociação;
- Se esperar realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- Caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca ou seja utilizada para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- Se esperar liquidá-lo no ciclo operacional normal;
- For mantido principalmente para negociação;
- Se esperar realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

Considerando a base de liquidação em que essas demonstrações foram elaboradas, todos seus ativos e passivos foram classificados como circulantes uma vez que há expectativa do Liquidante em liquidar todos os ativos e passivos no exercício de 2017.

(b) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Receita de aluguel dos espaços

A receita de aluguel resultante de arrendamentos mercantis operacionais dos imóveis é contabilizada no momento da realização do evento.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

(c) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido

de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; três meses ou menos, a contar da data da contratação.

(d) Instrumentos financeiros**(i) Ativos financeiros**

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como: (i) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado; (ii) empréstimos e recebíveis; (iii) investimentos mantidos até o vencimento; (iv) ativos financeiros disponíveis para venda; ou (v) derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes, conforme a situação. Todos os ativos financeiros são reconhecidos a valor justo, acrescido, no caso de ativos financeiros não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Vendas e compras de ativos financeiros que requerem a entrega de bens dentro de um cronograma estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (compras regulares) são reconhecidas na data da operação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o bem.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, depósitos judiciais, contas a receber de clientes, adiantamentos, créditos tributários e previdenciários e outros ativos circulantes.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende de sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

A Companhia não designou nenhum ativo financeiro a valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial.

Empréstimos e recebíveis

Essa categoria é a mais relevante da Companhia. Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos e determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos - taxa de juros efetiva - menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado.

As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Investimentos mantidos até o vencimento

Essa classificação corresponde a ativos financeiros não derivativos com pagamentos/recebimentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a Companhia tem intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis; (b) investimentos mantidos até o vencimento; ou (c) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado. Esses ativos financeiros incluem instrumentos patrimoniais e de títulos de dívida. Títulos de dívida nessa categoria não aqueles que se pretende manter por um período indefinido e que podem ser vendidos para atender às necessidades de liquidez ou em resposta às mudanças nas condições de mercado.

Após a mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados, reconhecidos diretamente na reserva de disponíveis para venda dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos no resultado do período.

Quando o investimento é desreconhecido ou quando for determinada perda por redução ao valor recuperável, os ganhos ou perdas cumulativos anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos no resultado.

Dividendos sobre investimentos patrimoniais disponíveis para venda são reconhecidos no resultado quando o direito de reconhecimento da Companhia for estabelecido.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente (ou seja, excluído do resultado do exercício) quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa de o ativo expirarem; ou,
- A Companhia transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Quando o grupo tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo.

O envolvimento contínuo que toma a forma de garantia em relação ao ativo transferido é mensurado com base no valor contábil original do ativo ou no valor máximo da contraprestação que poderia ser exigido que a Companhia amortizasse, dos dois o menor.

(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Uma perda só existe se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“evento de perda”) e tenham impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento de juros ou principal pode ser indicada por uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com defaults.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Em relação aos ativos financeiros apresentados ao custo amortizado, a Companhia inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que sejam individualmente significativos. Se a Companhia concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente

Demonstração dos resultados e resultados abrangentes - Em milhares de reais

	Notas	2016	2015
			(Reapresentado (Nota 5))
Receita líquida	20	13.547	11.029
Custo dos serviços prestados	21	(3.461)	(3.918)
Lucro Bruto		10.086	7.111
Despesas operacionais			
Despesas administrativas	22	(21.228)	(15.280)
Despesas tributárias		(50)	(21)
Resultado operacional		(21.278)	(15.301)
Receitas financeiras		582	802
Despesas financeiras		(241)	(13)
Resultado financeiro	23	341	789
Prejuízo do exercício		(10.851)	(7.401)

Demonstração dos fluxos de caixa - Em milhares de reais

	2016	2015
		(Reapresentado (Nota 5))
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(10.851)	(7.401)

Ajuste de itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro antes do imposto com o fluxo de caixa:

Depreciação e amortização	1.149	906
Provisão / (reversão) de provisão para perda por créditos de liquidação duvidosa	367	(205)
Provisão / (reversão) para litígios	96	(76)
Despesas financeiras	204	-
Perda na baixa de imobilizado e outros ativos	112	-
Variações em provisões, benefícios e incentivos	6.001	-

Ajustes de capital de giro

(Aumento) / redução no caixa a receber	(700)	1.631
(Aumento) / redução de adiantamentos realizados	8	(3)
Aumento de impostos a recuperar	(126)	(79)
(Aumento) / redução de estoques	186	(58)
Redução de depósitos judiciais	35	-
(Aumento) / redução de outros ativos	(5)	-
Aumento / (redução) no caixa a pagar	(175)	43
Aumento / (redução) dos tributos a recolher	27	(2)
Aumento / (redução) de salários e encargos sociais	112	(55)
Aumento / (redução) de adiantamento e cauções de clientes	(1.713)	1.344
Aumento de outras contas a pagar	1.345	456

Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades operacionais**Fluxo de caixa das atividades de investimento**

Aquisição de imobilizado

Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

Captação de empréstimos com partes relacionadas

Fluxo de caixa líquido originado das atividades de financiamento

Redução de caixa e equivalentes de caixa, líquido

Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro

Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro

Redução de caixa e equivalentes de caixa, líquido



COMPANHIA MINEIRA DE PROMOÇÕES - PROMINAS - Em Liquidação

Reg. EMBRATUR Nº 1996/MG - CNPJ Nº 17.559.790/0001-42

Minascentro - Rua Curitiba, 1.264 - Centro - Belo Horizonte - Minas Gerais

2/3

estimados de conclusão, se em andamento, e os custos estimados necessários para a realização da venda.

(f) Perda por redução ao valor recuperável

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior valor entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital da Companhia. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

(g) Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção de longo prazo se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Quando partes significativas do ativo imobilizado precisarem ser substituídas em intervalos, a Companhia as deprecia separadamente com base em suas vidas úteis específicas. Da mesma forma quando for realizada uma inspeção de grande porte, seu custo é reconhecido no valor contábil do ativo imobilizado como substituição, se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos conforme a seguir apresentado:

Edifícios – 4%; Máquinas, Equipamentos, Instalações e Móveis e utensílios – 10%; Veículos – 20%.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido de venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

(h) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

A amortização é calculada com base no método linear ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos conforme a seguir apresentado:

Softwares – 20%.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

(i) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia: (i) tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado; (ii) é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e (iii) uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos impostos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

(j) Impostos

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de impostos e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço no país em que a Companhia opera e gera receita tributável. Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ativo ou de um ativo ou passivo em transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

A Companhia, na revisão de seus ativos fiscais diferidos decorrentes de sucessivos prejuízos fiscais, entende que tal cenário não será revertido em um futuro próximo em suas principais empresas, de modo que o ativo gerado de tal benefício fiscal substancialmente não se encontra apresentado em suas demonstrações.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de impostos que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) em vigor na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Benefícios fiscais adquiridos como parte de uma combinação de negócios, mas que não cumprem os critérios para reconhecimento em separado naquela data, são reconhecidos subsequentemente em caso de novas informações sobre fatos e mudanças nas circunstâncias. O ajuste é tratado como redução no ágio (contanto que não exceda o ágio) se incorrido durante o período de mensuração ou reconhecido no resultado.

Imposto sobre vendas

Despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos impostos sobre vendas; e
- Quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

(k) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, sua moeda de apresentação.

4. PRONUNCIAMENTOS EMITIDOS, MAS QUE NÃO ESTAVAM VIGOR EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, são abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência, se a mesma ainda não tiver sido extinta.

(i) CPC 47/IFRS 15 – Receita de contrato com cliente

O CPC 47/IFRS 15, cuja norma internacional fora emitida em maio de 2014 e seu pronunciamento contábil pelo CFC esteve em audiência pública até setembro de 2016, estabelece um novo modelo constante de cinco passos que será aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo a IFRS 15, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente. A nova norma para receitas substituirá todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo as IFRS. Adoção retrospectiva integral ou adoção retrospectiva modificada é exigida para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018, sendo permitida adoção antecipada. A Companhia planeja adotar a nova norma na efetiva data da sua entrada em vigor, se ainda estiver em operação, utilizando o método de adoção retrospectiva integral. A Companhia ainda não avaliou os impactos do CPC 47/IFRS 15.

(ii) CPC 48/ IFRS 9 – Instrumentos financeiros

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, que substituiu a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. O pronunciamento correspondente às normas brasileiras, CPC 48, foi discutido em audiência pública pelo CPC por três meses, iniciado em junho de 2016. O CPC 48/ IFRS 9 reúne todos os três aspectos da contabilização de instrumentos financeiros do projeto: classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. O CPC 48/ IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, sendo permitida a aplicação antecipada. Exceto para contabilidade de hedge, é exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas.

Para contabilidade de hedge, as exigências são geralmente aplicadas prospectivamente, salvo poucas exceções.

A Companhia planeja adotar a nova norma na efetiva data de entrada em vigor, se ainda estiver ativa. A Companhia ainda não iniciou a avaliação do impacto de todos os três aspectos do CPC 48/ IFRS 9.

Ativo	31 de dezembro de 2015		1º de janeiro de 2015	
	Original	Ajuste	Original	Ajuste
Não circulante				
Imobilizado	19.991	(1.936)	21.993	(1.832)
Total do ativo não circulante	20.053	(1.936)	22.325	(1.832)
Total do ativo	24.859	(1.936)	32.533	(1.832)
Passivo e patrimônio líquido				
Não circulante				
Prejuízo acumulado	(24.103)	(1.936)	(26.039)	(1.832)
Total do patrimônio líquido	19.994	(1.936)	29.091	(1.832)
Total do passivo e patrimônio líquido	24.859	(1.936)	32.533	(1.832)

Demonstração do resultado	31 de dezembro de 2015		2016		2015	
	Original	Ajuste	Original	Ajuste	Original	Ajuste
Despesas administrativas	(15.176)	(104)	18	344	18	344
Lucro líquido do período	(7.297)	(104)	727	1.589	745	1.933

6. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas fiscais e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo ao valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, envolvem as seguintes contas contábeis: provisão para perdas prováveis de contas a receber, expectativa de realização de impostos a recuperar, ativo imobilizado, avaliação da necessidade de provisões para riscos, entre outros.

(a) Taxas de vida útil do ativo imobilizado

A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens. A vida útil é baseada em laudos de empresas contratadas, que são revisados regularmente. A administração acredita que a vida útil esteja corretamente avaliada e apresentada nas demonstrações financeiras.

(b) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimento futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de exportação.

(c) Impostos

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

A Companhia apresenta prejuízos contábeis e fiscais recorrentes. Dessa maneira a administração julgou que tais ativos diferidos deveriam ser reconhecidos e imediatamente baixados na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Se a Companhia fosse capaz de reconhecer todos os impostos diferidos ativos não reconhecidos, haveria aumento de lucro em R\$ 3.718.

(d) Provisões para riscos litigiosos

A Companhia reconhece provisão para causas litigiosas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

(e) Provisões perda de créditos de liquidação duvidosa

A Companhia, na análise de seus títulos a receber utiliza-se de julgamento da probabilidade de não realização do efetivo recebimento dos títulos em atraso. Para isso, considera seu julgamento análogo ao fator legal de dedução da referida provisão na base de lucro tributável, conforme a legislação brasileira – art. 9º da Lei 9.430/96.

11. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

	Terras	Imóveis e edifícios	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Outros imobilizados	Imobilização em curso	Total imobilizado	Softwares	Total intangível
Em 1º de janeiro de 2015									
Custo	12.557	21.228	1.274	1.321	366	40	36.786	26	26
Depreciação/ amortização acumulada	-	(16.105)	(996)	(839)	(316)	-	(18.256)	-	-
Saldo contábil, líquido (reapresentado)	12.557	5.123	278	482	50	40	18.530	26	26
Aquisições	-	38	197	3	193	-	431	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	(25)	(25)
Depreciação	-	(697)	(119)	(61)	(29)	-	(906)	-	-
Em 31 de dezembro de 2015 (reapresentado)	12.557	4.464	356	424	214	40	18.055	1	1
Custo	12.557	21.266	1.471	1.324	559	40	37.217	1	1
Depreciação/ amortização acumulada	-	(16.802)	(1.115)	(900)	(345)	-	(19.162)	-	-
Saldo contábil, líquido (reapresentado)	12.557	4.464	356	424	214	40	18.055	1	1
Aquisições	-	204	-	29	97	-	330	-	-
Baixas	-	(72)	-	-	-	(40)	(112)	-	-
Depreciação - adição	-	(837)	(131)	(121)	(60)	-	(1.149)	-	-
Depreciação - baixa	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2016	12.557	3.759	225	332	251	-	17.124	1	1
Custo	12.557	21.398	1.471	1.353	656	-	37.435	1	1
Depreciação/ amortização acumulada	-	(17.639)	(1.246)	(1.021)	(405)	-	(20.311)	-	-
Saldo contábil, líquido	12.557	3.759	225	332	251	-	17.124	1	1

12. PARTES RELACIONADAS

	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Controladora								
CODEMIG								
Circulante								
Contas a pagar/ Royalties	-	-	1.266	-	-	-	-	-
Não circulante								
Mútuo / juros passivos	-	-	3.274	-	-	-	204	-

As despesas com remuneração e encargos dos principais executivos e administradores da Companhia durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 totalizaram R\$729 (R\$ 667 em 31 de dezembro de 2015).

(iii) IAS 7 – Iniciativa de divulgação – Alterações à IAS 7

As alterações à IAS 7 Demonstração de fluxo de caixa fazem parte da iniciativa de divulgação do IASB e exigem que uma entidade forneça divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, incluindo tanto as mudanças provenientes de fluxos de caixa como mudanças que não afetam o caixa. Na adoção inicial da alteração, as entidades não são obrigadas a fornecer informações comparativas relativamente a períodos anteriores. As alterações estão em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2017, sendo permitida a adoção antecipada. A adoção das alterações resultará em divulgação adicional pela Companhia.

(iv) IFRS 16 Operações de arrendamento mercantil

A IFRS 16 foi emitida em janeiro de 2016 e substituiu a IAS 17 Operações de arrendamento mercantil, IFRIC 5 Como determinar se um acordo contém um arrendamento, SIC-15 Arrendamentos operacionais – Incentivos e SIC-27 Avaliação da substância de transações envolvendo a forma legal de arrendamento. A IFRS 16 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciamento de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a IAS 17. A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos). Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso.

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário irá reconhecer o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso.

Não há alteração substancial na contabilização do arrendatário com base na IFRS 16 em relação à contabilização atual de acordo com a IAS 17. Os arrendatários continuarão a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação da IAS 17, distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros.

A IFRS 16 também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas na IAS 17.

A IFRS 16 entra em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida, mas não antes da adoção da IFRS 15. O arrendatário pode optar pela adoção da norma utilizando a retrospectiva completa ou uma abordagem modificada da retrospectiva. As provisões transitórias da norma permitem determinadas isenções.

5. REAPRESENTAÇÃO DAS CIFRAS COMPARATIVAS

Em 2016, foram identificados erros na apuração da depreciação dos imobilizados da Prominas referente, que se acumulados os efeitos em exercícios anteriores representam R\$1.936. Os efeitos dessa reapresentação são demonstrados a seguir:

	31 de dezembro de 2015		1º de janeiro de 2015	
	Original	Ajuste	Original	Ajuste
Caixa e bancos conta movimento	18	344	18	344
Aplicações financeiras	727	1.589	745	1.933

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2016	2015
Caixa e bancos conta movimento	18	344
Aplicações financeiras	727	1.589
	745	1.933

As aplicações financeiras estão registradas pelo seu valor justo e são lastreadas em Certificado de Depósitos Bancários – CDBs e operações de títulos, todos remunerados diariamente com uma rentabilidade média de 97% do CDI – Certificados de Depósitos Interbancários em 31 de dezembro de 2016 (97% em 31 de dezembro de 2015).

8. CONTAS A RECEBER

As contas a receber da



COMPANHIA MINEIRA DE PROMOÇÕES - PROMINAS - Em Liquidação

Reg. EMBRATUR Nº 1996/MG - CNPJ Nº 17.559.790/0001-42

Minascentro - Rua Curitiba, 1.264 - Centro - Belo Horizonte - Minas Gerais

3/3

13. FORNECEDORES

As contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios.

A composição destas contas a pagar está demonstrada a seguir:

Table with 3 columns: Item, 2016, 2015. Includes Fornecedores nacionais with values 327 and 497.

14. EMPRÉSTIMOS COM EMPRESAS LIGADAS

A administração realizou uma captação de recursos à juros baixos com seu acionista majoritário, a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG (“Codemig”).

Table with 3 columns: Item, 2016, 2015. Includes Principal Juros, Saldo inicial, Captação, Juros incorridos, Saldo final.

15. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

Table with 3 columns: Item, 2016, 2015. Includes Provisão de férias, INSS, Encargos sobre férias, IRRF s/ salários, Provisão p/ rescisões a pagar (i), Outras obrigações.

(i) Tendo em vista que a elaboração das demonstrações financeiras está em base de liquidação, foi provisionado o valor estimado de rescisões e encargos trabalhistas que ocorrerão no próximo exercício como consequência da decisão de extinção da Companhia.

16. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

A composição das obrigações tributárias se dá como segue:

Table with 3 columns: Item, 2016, 2015. Includes PIS, COFINS, ISSQN, Retenções federais a recolher, IRRF a recolher, INSS retido a recolher.

17. ADIANTAMENTOS E CAUÇÕES

Refere-se a valores creditados antecipadamente, dentro da prática comercial, como “sinal” para

a marcação do evento e para garantias eventuais durante a realização dos eventos. Considerando que as demonstrações foram elaboradas em base de liquidação, classificamos todos os adiantamentos e cauções no curto prazo. Abaixo segue a abertura da conta:

Table with 3 columns: Item, 2016, 2015. Includes Adiantamentos, Cauções, Circulante, Não circulante.

18. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

As provisões para contingências estão registradas com base nas estimativas dos advogados da Companhia, assumindo o aspecto relativo ao conservadorismo no sentido de reconhecer perdas prováveis.

Table with 3 columns: Item, 2016, 2015. Includes Contingências trabalhistas, Contingências cíveis.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital subscrito e integralizado

É representado por 47.062.283 ações ordinárias nominativas. Essas ações conferem o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

b) Reserva legal

É calculada na base de 5% do lucro líquido de cada exercício, deixando a sua contribuição de ser obrigatório quando o seu valor atingir a 20% do capital social, ou quando o montante de seu valor e das reservas de capital exceder a 30% do capital social.

c) Dividendos

Será atribuído aos titulares de ações, em cada exercício, um dividendo não inferior a 25% do lucro líquido de cada exercício, calculado nos termos das sociedades por ações e do estatuto. Não serão atribuídos neste exercício, pela Companhia apresentar prejuízo contábil.

20. RECEITA LÍQUIDA

Table with 3 columns: Item, 2016, 2015. Includes Eventos, Estacionamento, Receitas contratuais, Receita bruta, PIS/COFINS, Outros tributos, Receita líquida.

21. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Table with 3 columns: Item, 2016, 2015. Includes Serviços de terceiros.

22. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Table with 3 columns: Item, 2016, 2015. Includes Salários, Honorários e gratificação, Férias e 13º salário, Encargos sociais, benefícios e convênios, Água e esgoto, Energia elétrica, Telefone, Serviços PJ, Aluguel imóvel, Provisão para contingências, Provisão para créditos de liquidação duvidosa, Conservação e manutenção, Locação máquinas e equipamentos, Material de consumo, Depreciação, Outras despesas.

23. RESULTADO FINANCEIRO

Table with 3 columns: Item, 2016, 2015. Includes Receitas, Juros recebidos de aplicações financeiras, Variação monetária ativa, Outras, Despesas, Juros de empréstimos e financiamentos, Variação monetária passiva.

24. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota política de avaliação e monitoramento de riscos em suas operações, e, de acordo com esta política, faz contratações de seguros julgados suficientes pela administração, para cobrir eventuais sinistros.

A cobertura de seguros, contra incêndio e riscos diversos, em valores de 31 de dezembro de 2016, está demonstrada a seguir:

Table with 3 columns: Natureza dos Bens Segurados, 2016, 2015. Includes Prédio, máquinas, móveis, utensílios e outros Veículos.

25. EVENTOS SUBSEQUENTES

No dia 31 de janeiro de 2017 foi realizada uma AGE na sede da Companhia que determinou pelo aumento de capital da Companhia em R\$18.000. Esse aumento de capital teve por objeto auxiliar na liquidez da Companhia durante o processo de liquidação, portanto, conforme estratégia de liquidação, a antecipação dos eventos de ativos e passivos.

ASSESCONT ASSESSORIA CONTÁBIL E EMPRESARIAL LTDA

CRC MG -006017/O

CÉSAR AUGUSTO BRUM

CONTADOR CRC/MG 050729/O

CPF. 514.080.746-72

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos acionistas da Companhia Mineira de Promoções – PROMINAS Rua Curitiba, n. 1.264 30170-126 – Belo Horizonte (MG)

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Mineira de Promoções – PROMINAS (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Mineira de Promoções – PROMINAS em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1. A companhia possui débitos de “ADIANTAMENTOS RECEBIDOS” que transcendem exercícios anteriores, no valor de R\$ 875.122,42. Alguns desses adiantamentos estão registrados na contabilidade da PROMINAS desde 2014, sem correção e sem ações para devolução dos valores.

2. Também possui débitos de valores recebidos a título de “CAUÇÕES” que transcendem exercícios anteriores, no valor de R\$ 383.296,53. Algumas dessas cauções estão registradas na contabilidade da PROMINAS desde 2004, sem correção e sem ações para devolução dos valores.

3. A Companhia está em processo de liquidação através de sua controladora e suas atividades

atuais serão licitadas, através de sua controladora, para assunção por outra empresa.

Relatório dos Auditores – PROMINAS – 31/12/2016 Página 2

4. A Companhia contratou uma firma para fazer a avaliação de seus bens imóveis e móveis. O Laudo de avaliação dos bens móveis foi datado de 13/12/2016 e apresentou uma perda de R\$ 70.278,43 na recuperabilidade de seus ativos, a qual não foi contabilizada em virtude de a contabilidade não ter tido acesso ao Laudo correspondente em tempo hábil para a sua contabilização.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

FUNDAÇÃO HELENA ANTIPOFF

A FUNDAÇÃO HELENA ANTIPOFF torna pública a celebração do contrato nº 03/2017 de Fomento de Gêneros Alimentícios com a empresa Comercial Angos Ltda EPP. Processo Licitatório Nº 215100400008/2017. Objeto: Fomento parcelado de gêneros alimentícios. Valor do Contrato R\$33.902,80 (trinta e três mil, novecentos e dois reais e oitenta centavos). Vigência do Contrato: O Contrato terá vigência de 06 (seis) meses a partir da assinatura do termo. Dotações Orçamentárias: 2151.12.362.097.4231.0001.339030.08.10-1 / 2151.12.122.701.2002.0001.339030.08.10-1 / 2151.12.392.118.4285.0001.339030.08.10-1.

3 cm -20 952179 - 1

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Extrato do Termo de Cooperação Técnica nº 010/2017, celebrado entre a DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS – DPMG e o MUNICÍPIO DE ALMENARA. Objeto: Estabelecimento de mútua cooperação entre os parceiros, objetivando o apoio ao funcionamento da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais na Comarca de Almenera. Valor: Não haverá transferência de recursos entre os parceiros. Vigência: 60 (sessenta) meses, contados a partir da data de sua publicação. Assinatura: 18/04/2017. Assinam: Pela Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, Wagner Geraldo Ramalho Lima, Defensor Público-Geral em exercício e pelo Município de Almenera, Ademar Costa Góbara, Prefeito Municipal.

3 cm -20 952571 - 1

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

PMMG – 33 BPM x Posto Barra Sete Ltda. Contrato 9130636/2017. Primeiro Termo Aditivo. Objeto: Alteração da Cláusula Primeira do Contrato, passando a vigorar com a seguinte redação: “O presente termo de contrato tem por objeto o fornecimento de combustível (diesel S10) para a frota do 33º Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais e do 66º Batalhão da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, conforme especificações técnicas, quantidades, condições comerciais e demais informações descritas no anexo 1 (termo de referência deste Edital)”.

2 cm -20 952288 - 1

PMMG – 5ª Cia PM Ind MAT x San Marco Veículos Ltda – Pregão Eletrônico Nº 10/2016; Contrato Nº 9130632/2017; Objeto: Prestação de serviços de manutenção e recuperação de veículos de quatro e duas rodas; Lotes: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9; Linhas: Motocicleta Honda, Mercedes Benz, Ford, Chevrolet, Mitsubishi, Volkswagen, Fiat, Motocicleta Yamaha e Renault; Vigência 22/04/2017 a 31/12/2017; Valor: R\$ 405.800,00.

2 cm -20 952598 - 1

PMMG CAA 6 x MINAS SUL EXTINTORES LTDA - ME. Contrato SIAD Nº 9138923/2017. Objeto: Contratação de empresa para manutenção, recarga e teste hidrostático em extintores. Vigência: até 31/12/2017 a partir da data da publicação. Valor: R\$ 655,00.

1 cm -20 952454 - 1

PMMG – 4º BPM. Aviso de Homologação/Adjudicação, do Pregão nº 06/2017. Objeto: Aquisição de combustíveis para os veículos de frota do 4º BPM e unidades apoiadas, para o exercício de 2017. Declara a Empresa vencedora: Posto Boa Vista Ltda. CNPJ: 17.035.320/0001-80.

1 cm -20 952541 - 1

PMMG – CAA-11 x Banco do Brasil S/A. Contrato de Permissão de Uso Especial de Imóvel: Aditivo 01/2017. Objeto: Prorrogação da vigência por mais 12 meses a partir de 19 de abril de 2017.

1 cm -20 952126 - 1

PMMG-19º BPM. Pregão Eletrônico nº 008/2017; Processo de Compra nº 1252203-009/2017; Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de conservação, higienização, limpeza, com fornecimento de materiais e equipamentos, nas dependências físicas da sede do 19º BPM e sede da 15ª RPM de Teófilo Otoni/MG, de acordo com as especificações e detalhes do ANEXO I do Edital. Propostas: envio ao Portal de Compras/MG, entre 08:30 h de 24/04/2017 até às 08:30 h de 04/05/2017. Abertura das propostas: 04/05/2017 às 09:00h. Abertura da sessão: 04/05/2017 às 09:00h. www.compras.mg.gov.br.

3 cm -20 952220 - 1

1ª TA CONTRATO 39/2016, COMPRAS 9081652/2016. CMB/PMMG e Empresa Athenas Construtora LTDA-ME. Objeto: Prorrogação do prazo de entrega dos serviços, bem como da vigência contratual, devido à adequações a serem realizadas no projeto original, mantida demais cláusulas contratuais.

1 cm -20 952248 - 1

PMMG/41ºBPM x Banco do Brasil. 2º Termo Aditivo ao Contrato 01/2014. Objeto: prorrogação de vigência 23/04/2016 a 23/04/2017 e alteração dos preços conforme fórmula: (180+60) kw/mês x energia ativa kWh HFP= valor em reais. Formula apurada, segundo parecer técnico da diretoria de Apoio Logístico PMMG DAL-3 em conformidade com o Item 4(quatro) da recomendação do memorando Nº 60.846.1/2007 do Chefê do EMPM, a partir de 20 de abril de 2017. Ten Cel Messias Alan de Magalhães – Ordenador de despesas 41ºBPM.

2 cm -20 952258 - 1

PMMG-8º RPM x Prefeitura de Itanhomi. Convênio nº 008/17. Objeto: Cooperação mútua para execução do policiamento ostensivo. Vigência: 02/01/17 a 02/01/21.

PMMG-8º RPM x Prefeitura de Periquito. Convênio nº 013/17. Objeto: Cooperação mútua para execução do policiamento ostensivo. Vigência: 02/01/17 a 02/01/21.

PMMG-8º RPM x Prefeitura de Resplendor. Convênio nº 026/17. Objeto: Cooperação mútua para execução do policiamento ostensivo. Vigência: 02/01/17 a 02/01/18.

2 cm -20 952342 - 1

PMMG-CAA17 x Logos Assessoria e Serviços Ltda. Contrato 9071918; 2º Aditivo. Objeto: Acerto de escrita na descrição do item 19.2.2. Vigência 30/03/17 a 27/06/17.

1 cm -20 952269 - 1

PMMG-CAA17 x Arena Informática Ltda. Pregão Eletrônico 11/17; Objeto: Fornecimento de suprimentos e acessórios de informática na cidade de Pouso Alegre. Vigência: 19/04/17 a 31/12/17. Valor: R\$ 70.500,00.

1 cm -20 952150 - 1

PMMG – 4º RPM X Prefeitura de Guarará/MG – T.A. Nº 02 Convênio 18/2015 – Objeto: Aprimoramento da Segurança Pública. Vigência: 01/01/2017 a 31/12/2017. Valor: R\$27.600,00. PMMG – 4º RPM X Prefeitura de Santana do Deserto/MG – T.A. Nº 04 Convênio nº 38/2013 – Objeto: Aprimoramento da Segurança Pública. Vigência: 01/01/2017 a 31/12/2017. Valor: R\$ 36.000,00.

2 cm -20 952064 - 1

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MILITARES

Resumo do Oitavo Termo Aditivo ao contrato nº 01/2013, firmado entre o IPISM e o consórcio representado pelas Empresas Ipiranga Produtos de Petróleo S/A e Unidata Automação Ltda; Objeto: alteração nos preços dos combustíveis através do reajuste econômico financeiro e acréscimo de gasolina, conforme previsto no §1.º, do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93; Preço global estimado: R\$ 394.441,12; Dotação Orçamentária: 2121 09 122 701 2002 0001 33 90 30 26 49 1 0, 2121 09 122 701 2002 0001 33 90 30 26 60 1 0, 2121 09 122 701 2002 0001 33 90 39 87 49 1 0, 2121 09 122 701 2002 0001 33 90 39 87 50 1 0 e 2121 09 122 701 2002 0001 33 90 39 87 60 1 0; Validade: Permanecem mantidas, ratificadas e em pleno vigor todas as demais cláusulas e condições do contrato original e termos aditivos anteriores, não alterados pelo presente instrumento; Foro: Belo Horizonte; Data: 19/04/2017; Signatários: Jaime de Paula, Cel BM QOR, respondendo pela Diretoria de Planejamento, Gestão e Finanças/IPISM, por contratante e Neylon Arleino de Faria Junior e Pablo Marques de Assis, Procuradores do Consórcio SEPLAG – Empresas Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. e Unidata Automação Ltda., por contratada.

4 cm -20 952107 - 1

4º RPM – Juiz de Fora Resumo do contrato de prestação de serviços de assistência à saúde. Partes: O IPISM pelo Cel. PM Alexandre Nocelli, Cmte da 4º RPM (delegação pela Portaria DG 306/2012 – IPISM) e prestador de serviços de assistência à saúde na região de Juiz de Fora/MG. Espécie: Contratação/credenciamento. Preço: Conforme Tabela do PAS (US de acordo com o procedimento) PMMGxGBMMGXIPISM. Pagamento: via SIMG, conforme faturas de serviços/bens fornecidos.

*Dotação Orçamentária: 2121.10.302.001.4001-0001-3390.36.49.1,2121.10.302.001.4001-0001-3390.36.50.1; 2121.10.302.001.4001-0001-3390.39.49.1; 2121.10.302.001.4001-0001-3390.39.50.1; 2121.10.302.001.4008-0001-3390.36.49.1; 2121.10.302.001.4008-0001-3390.36.50.1; 2121.10.302.001.4008-0001-3390.39.49.1; 2121.10.302.001.4008-0001-3390.39.50.1

*Objeto: Prestação de serviços de assistência à saúde aos beneficiários do IPISM, através do seguinte contratado-credenciado: Cont. nº 042/2017 – Instituto de Clínicas e Cirurgias de Juiz de Fora Hospital Monte Sinai – Vigência: 23/03/2017 a 23/03/2022. Foro: Belo Horizonte. Data: 20/04/2017. Signatários: Cel. PM Alexandre Nocelli e Contratado-credenciado.

4º RPM – 21º BPM – Ubá Resumo do contrato de prestação de serviços de assistência à saúde. Partes: O IPISM pelo Ten. Cel. PM Lúcio Mauro Campos Silva, Cmte do 21º BPM (delegação pela Portaria DG 306/2012 – IPISM) e prestador de serviços de assistência à saúde na região de Ubá/MG. Espécie: Contratação/credenciamento. Preço: Conforme Tabela do PAS (US de acordo com o procedimento) PMMGxGBMMGXIPISM. Pagamento: via SIMG, conforme faturas de serviços/bens fornecidos.

*Dotação Orçamentária: *Objeto: Prestação de serviços de assistência à saúde aos beneficiários do IPISM, através do seguinte contratado-credenciado: Cont. nº 021/2017 – Henrique Andrade de Almeida e Cia Ltda - ME – Vigência: 10/04/2017 a 10/04/2022. Foro: Belo Horizonte. Data: 20/04/2017. Signatários: Ten. Cel. PM Lúcio Mauro Campos Silva e Contratado-credenciado.

7º RPM – Divinópolis Resumo dos contratos de prestação de serviços de assistência à saúde. Partes: O IPISM pelo Cel. PM Helbert William Carvalhas, Cmte da 7º RPM (delegação pela Portaria DG 306/2012 – IPISM) e prestadores de serviços de assistência à saúde na região de Divinópolis/MG. Espécie: Contratação/credenciamento. Preço: Conforme Tabela do PAS (US de acordo com o procedimento) PMMGxGBMMGXIPISM. Pagamento: via SIMG, conforme faturas de serviços/bens fornecidos.

*Dotação Orçamentária: *Objeto: Prestação de serviços de assistência à saúde aos beneficiários do IPISM, através dos seguintes contratado-credenciados: Cont. nº 639/2017 – ABJ – Assistência a Saúde S/S – Vigência: 03/04/2017 a 03/04/2018. Cont. nº 640/2017 – K e S Serviços Odontológicos Ltda – EPP – Vigência: 03/04/2017 a 03/04/2022. Cont. nº 641/2017 – Laboratório Central de Análises Erel – Vigência: 03/04/2017 a 03/04/2022. Foro: Belo Horizonte. Data: 20/04/2017. Signatários: Cel. PM Helbert William Carvalhas e contratado/credenciados.

Resumo do Primeiro Termo aditivo ao contrato de prestação de serviços de assistência à saúde. Partes: O IPISM, pelo Cel. PM Helbert William